

## **MATRIZ CURRICULAR EM LICENCIATURA DE PEDAGOGIA: reflexões sobre a formação de formadores em Mato Grosso**

**CURRICULAR MATRIX FOR BACHELOR'S DEGREE IN EDUCATION: reflections  
on teacher training in Mato Grosso**

**MATRIZ CURRICULAR DE LA LICENCIATURA EN EDUCACIÓN: reflexiones  
sobre la formación docente en Mato Grosso**

Tânia Paula da Silva<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0003-4430-974X>  
Paulo Alberto dos Santos Vieira<sup>2</sup> <https://orcid.org/0000-0003-1894-9954>  
Karina Almeida de Sousa<sup>3</sup> <https://orcid.org/0000-0002-2552-2046>

<sup>1</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso, Brasil, CEP: 78.217-550, E-mail: [tania.silva@unemat.br](mailto:tania.silva@unemat.br) e [tanggelamt@gmail.com](mailto:tanggelamt@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso, Brasil, CEP: 78.217-550, E-mail: [vieira.paulo@unemat.br](mailto:vieira.paulo@unemat.br) e [ppgedu@unemat.br](mailto:ppgedu@unemat.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, Maranhão, Brasil, CEP: 65.900-410, E-mail: [ka.sousa@ufma.br](mailto:ka.sousa@ufma.br)

### **RESUMO**

A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a partir das Leis nº. 10.639/03 e nº. 11.645/08 integram um processo cujos marcos extrapolam a dimensão normativa da política pública e se conectam a movimentos situados em períodos anteriores cujas sínteses podem ser identificadas nas reivindicações não só de representatividade, mas também de reconhecimento de grupos sociais subalternizados. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004), as Contribuições para a Implementação da Lei nº.10.639/03 e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009), identificam atores e suas respectivas responsabilidades no processo de implementação da LDB alterada pelas mencionadas Leis. A obrigatoriedade do ensino de História Afro-brasileira, Africana e dos Povos Indígenas possui implicações para as Instituições de Ensino Superior que ofertam cursos para a formação de formadores. Tendo como referência o Curso de Pedagogia do Campus Universitário de Juara da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), esta reflexão busca dialogar com o campo normativo e de que maneira processos, práticas, procedimentos e produtos pedagógicos foram sendo (re)elaborados ao longo das últimas duas décadas de modo a adequar-se às exigências legais. Tomando o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Instituição de Ensino Superior supracitada, acredita-se angariar subsídios para aprofundar e aperfeiçoar compreensões

que contribuam com o debate acerca de políticas educacionais, desvelando desafios, possibilidades e, eventualmente, limites.

**Palavras-chave:** Unemat; Pedagogia; Campus Universitário de Juara.

### ABSTRACT

The amendments to the Law of Guidelines and Bases for National Education, established by Laws nº. 10.639/03 and nº. 11.645/08, are part of a process whose milestones go beyond the normative dimension of public policy and connect with movements from earlier periods whose syntheses can be identified in the demands not only for representation, but also for the recognition of subalternized social groups. The National Curricular Guidelines for Education on Ethnic-Racial Relations and the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture (2004), the Contributions for the Implementation of Law nº. 10.639/03, and the National Plan for the Implementation of the National Curricular Guidelines for Education on Ethnic-Racial Relations and the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture (2009) identify actors and their respective responsibilities in the process of implementing the LDB, as amended by the aforementioned Laws. The mandatory teaching of Afro-Brazilian, African, and Indigenous History has implications for higher education institutions that offer teacher training courses. Using the Pedagogy Program at the Juara Campus of the State University of Mato Grosso (UNEMAT) as a reference, this reflection seeks to engage with the regulatory framework and how pedagogical processes, practices, procedures, and products have been (re)elaborated over the past two decades to adapt to legal requirements. Taking the Pedagogical Political Project of the Pedagogy Program at the aforementioned higher education institution as a starting point, we hope to gather insights to deepen and refine understandings that contribute to the debate on educational policies, revealing challenges, possibilities, and, potentially, limitations.

**Keywords:** Unemat; Education; Juara University Campus.

### RESUMEN

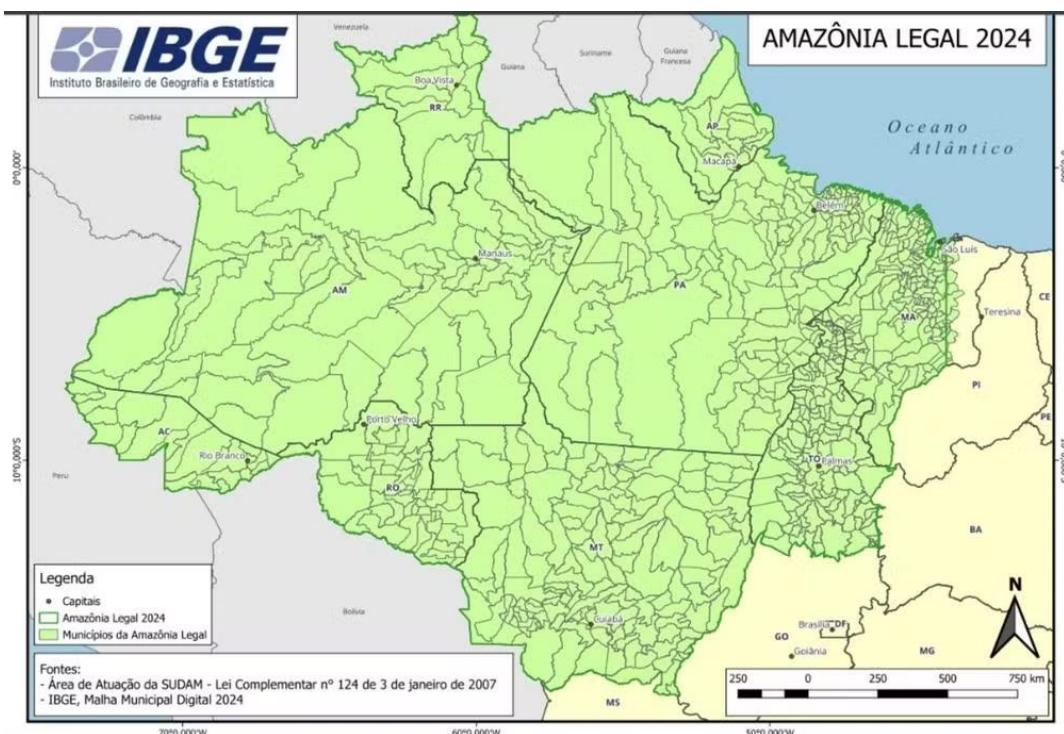
Las modificaciones a la Ley de Directrices y Bases para la Educación Nacional, establecidas por las Leyes nº. 10.639/03 y nº. 11.645/08, forman parte de un proceso cuyos hitos van más allá de la dimensión normativa de la política pública y se conectan con movimientos de períodos anteriores cuyas síntesis pueden identificarse en las demandas no solo de representación, sino también de reconocimiento de los grupos sociales subalternizados. Las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación en Relaciones Étnico-Raciales y la Enseñanza de la Historia y la Cultura Afrobrasileñas y Africanas (2004), las Contribuciones para la Implementación de la Ley nº. 10.639/03 y el Plan Nacional para la Implementación de las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación en Relaciones Étnico-Raciales y la Enseñanza de la Historia y la Cultura Afrobrasileñas y Africanas (2009) identifican a los actores y sus respectivas responsabilidades en el proceso de implementación de la LDB, según las modificaciones de las Leyes mencionadas. Tomando como referencia el Programa de Pedagogía del Campus Juara de la Universidad Estatal de Mato Grosso (UNEMAT), esta reflexión busca abordar el marco regulatorio y cómo los procesos, prácticas, procedimientos y productos pedagógicos se han (re)elaborado en las últimas dos décadas para adaptarse a los requisitos legales. Tomando como punto de partida el Proyecto Político Pedagógico del Programa de Pedagogía de la mencionada institución de educación superior, esperamos recopilar perspectivas para profundizar y refinar conocimientos que contribuyan al debate sobre políticas educativas, revelando desafíos, posibilidades y, potencialmente, limitaciones.

**Palabras clave:** Unemat; Pedagogía; Campus Universitário de Juara.

## FORMAÇÃO DE FORMADORES NA AMAZÔNIA LEGAL

Criada pela Lei nº. 1806 de 06 de janeiro de 1953, a Amazônia Legal corresponde aos territórios dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a porção oeste do estado do Maranhão. Deste modo, este território, que foi definido pelo governo brasileiro como uma zona de atuação para políticas territoriais e econômicas, abarca cerca de 52% do território nacional, o quinto em extensão no mundo (Figura 01).

**Figura 01- Localização da Amazônia Legal no Brasil**



**Fonte:** IBGE, 2024.

No momento de sua criação, o debate que mais se destacava no panorama brasileiro era o de ampliar fronteiras para o desenvolvimento econômico; marca que parece se estender até os dias de hoje como ressaltam estudos de Souza e Lima (2023, p. 400- 401):

O conceito de desenvolvimento surgiu no século XVIII, tendo como principal objetivo compreender e explicar as mudanças econômicas e sociais oriundas dos processos de industrialização da época. Assim, desde a sua origem, o conceito de desenvolvimento denota crescimento, progresso, evolução do capital e do desenvolvimento humano de um modo geral [...]. Em algumas regiões da Amazônia, as principais dinâmicas do crescimento foram impulsionadas durante décadas por investimentos públicos e políticas de incentivos fiscais. Em outras regiões, o agronegócio, sobretudo, nos estados do Mato Grosso, Rondônia e Tocantins alavancou o Produto Interno Bruto (PIB).

Se a marca do desenvolvimento econômico em uma das mais importantes fronteiras do Brasil ainda se faz presente, não se pode concluir que a dimensão econômica, do desenvolvimento e do progresso erigido em bases conflitantes com as questões ambientais e sociais sejam as únicas dimensões que se fazem presente e são identificadas contemporaneamente.

A *Síntese de Indicadores da Amazônia Legal* (SUDAM, 2020) possibilita a aproximação de um amplo conjunto de dados e variáveis qualitativas que auxiliam na caracterização deste vasto território.

Do ponto de vista que mais interessa nesta reflexão, vale destacar a publicação do *Dossiê – Desafios da Educação na/da/para a Amazônia* que compilou um conjunto de artigos que problematizam e sugerem soluções sobre o tema da educação e das políticas públicas educacionais na Amazônia.

Assim, cabe estabelecer quais os marcos em que foram construídas estas contribuições e como elas se relacionam com a formação de formadores na Amazônia Legal. De acordo com Gonçalves e Carvalho (2020, p. 03), a proposta do mencionado Dossiê caminha no sentido de:

Publicizar ações e reflexões que busquem romper com a hierarquização presente nas relações de poder/saber na sociedade e na educação, levantando questões e buscando alternativas que tragam argumentos para fomentar o debate acadêmico, no qual a preocupação fundamente-se no resistir e (re)existir, em meio a possibilidades, interesses e realidades específicas no/do cotidiano amazônico em suas realidades plurais; no/do cotidiano escolar afeto ao modelo padrão de escola, nas escolas ribeirinhas, rurais em classes multisseriadas com seus sujeitos ímpares, coletivos, regionais e nacionais; nas produções acerca do trabalho docente, de políticas e currículo, de acesso e permanência na educação superior, resultantes de pesquisas educacionais — um campo vasto e em fase de consolidação, desenvolvidas no/do contexto da região Amazônica.

A diversidade temática dos estudos é bastante ampla e, como o dissemos, não se restringe aos temas de uma macroeconomia na fronteira em expansão. Entretanto, mesmo aquelas abordagens que excedam a questão do desenvolvimento parecem carecer de compreender que a dimensão étnico-racial constituiu e é constituinte desta diversidade.

As interfaces estabelecidas pelos núcleos destacados pelos autores acima passam, fundamentalmente, pela obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), alterada pela Lei nº. 10.639/03 e pela Lei nº. 11.645/08, ou seja, se faz necessário que os currículos e práticas educacionais valorizem os saberes tradicionais, as línguas e as histórias dos povos amazôniadas.

O Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2022, indica a presença da população negra nos estados da Amazônia Legal. Os dados sintetizados na Tabela 01 chamam a atenção. Observe-se a distribuição da população pelo extrato de cor e raça nos territórios da Amazônia Legal.

**Tabela 01- População por Cor e Raça na Amazônia Legal (2022)**

Unidade da Federação	Variação – População (mil pessoas)			
	Total	Branca	Preta	Parda
Amazônia Legal				
Acre	902	156	61	663
Amapá	884	169	85	620
Amazonas	4.163	768	181	3.85
Maranhão*	7.156	1.308	1.063	4.678
Mato Grosso	3.552	1.049	356	2.99
Pará	8.819	1.624	826	6.270
Rondônia	1.823	547	150	1.100
Roraima	598	110	40	412
Tocantis	1.611	330	223	1.021

\*População total do estado de Maranhão. Parte do território maranhense integra a Amazônia Legal.

**Fonte:** IBGE, 2022.

Os dados censitários sobre a população da Amazônia Legal devem ser considerados sob múltiplos aspectos, incluindo as políticas educacionais da formação inicial e continuada com vistas a assegurar na formação dos formadores os princípios das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* (MEC, 2010). Essa é uma perspectiva essencial para construir uma educação verdadeiramente inclusiva e justa na região.

O *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* delineia os eixos fundamentais e define atribuições para vários Órgãos e Instituições que devem concorrer de maneira convergente para a implementação da Lei nº. 10.639/03 – nosso foco de análise – no que concerne assegurar aos sujeitos em processo de formação acesso à diversidade étnico-racial nas temáticas reunidas sob o guarda-chuva da diversidade.

Em outras palavras, a formação de formadores na Amazônia Legal deve responder ao que preceitua o *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes*, alinhando-o aos Planos de Educação (Nacional, Distrital, Estaduais e Municipais), mobilizando os diversos atores institucionais e sociais visando amplificar as ações já desenvolvidas.

Ao alinhar os dados demográficos com a formulação e aprimoramento das políticas educacionais, especialmente na formação docente, a Amazônia Legal tem a chance de construir um sistema educacional mais justo, equitativo e inclusivo.

Essa abordagem não só cumpre as determinações legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER), mas também fortalece a identidade cultural da região e empodera suas diversas populações para um futuro mais promissor.

Na sequência deste artigo será apresentada, ainda que brevemente a experiência de formação do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do *Campus Universitário de Juara/MT* da Universidade do Estado de Mato Grosso. Serão observadas as estratégias utilizadas, os avanços e desafios têm sido enfrentados por aqueles que, ao reconhecerem o *continuum* da racialização em Instituições de Ensino Superior e em espaços de formação acadêmica, buscam empreender ações para uma pedagogia antirracista.

## **A Lei nº. 10.639/03: O Curso de Licenciatura em Pedagogia na Unemat, *Campus Universitário de Juara/MT***

O Curso de Pedagogia da UNEMAT em Juara, criado em 2005, é uma Licenciatura, disponível na forma presencial e no período noturno, com atividades diurnas. Ele capacita profissionais para ensinar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de outros campos educacionais, como a gestão e a coordenação pedagógica em contextos escolares e não escolares, conforme Art. 2º da Resolução CNE/CP Nº 01, de 15 de maio de 2006.

O Curso de Pedagogia aqui proposto busca possibilitar a interlocução entre os acadêmicos e os diferentes espaços escolares e não escolares e tem como objetivo consolidar uma formação que legitime a ação-reflexão-ação, primando pela solidariedade social, cooperação, reciprocidade, democracia e, sobretudo, uma formação que os habilite a desenvolver uma educação referenciada na qualidade e no social, que se configura como uma necessidade primordial (PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Campus Universitário de Juara, 2024, p. 08).

O corpo docente do Curso é composto por Professores com diferentes qualificações (especialistas, mestres e doutores) e diversas áreas de pesquisa. Gonçalves e Carvalho (2020) ressaltam que o enfrentamento do racismo e a implementação de uma pedagogia antirracista não devem ser tratados como assuntos secundários; ao contrário, devem estar no centro de formação nas Instituições de Ensino Superior (IES), sendo os docentes principais responsáveis por essa transformação.

Gomes (2012) afirma ainda que os professores universitários têm o poder de descolonizar o currículo, incluindo autores, teóricos e perspectivas de pensadores negros, indígenas e de outras etnias sub-representadas.

Ao fazer isso, eles ampliam o repertório dos futuros pedagogos e desafiam narrativas hegemônicas que historicamente apagaram a contribuição de povos não brancos. A prática pedagógica antirracista de docentes é um suporte fundamental para a construção de projetos de sociedade inclusivos, que acolham as diferenças e não abram brechas para a reprodução de desigualdades sociais.

O processo seletivo para ingresso no Curso de Pedagogia em Juara é realizado através de vestibular. Frequentemente, a Universidade do Estado de Mato Grosso lança editais para preencher vagas disponíveis e também conduz processos seletivos simplificados tanto para a contratação de docentes temporários quanto para a entrada de acadêmicos nos diferentes Cursos ofertados pela instituição.

No caso específico das vagas de vestibular, atualmente são vários os Cursos disponibilizados sem vestibular e sem taxa de inscrição, com matrículas diretas ao Curso de interesse do calouro.

No âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso, essas ações têm implicações antirracistas importantes, ainda que de forma indireta. Elas contribuem para a redução de barreiras estruturais que historicamente dificultaram o acesso de populações racializadas – especialmente negras e indígenas – ao ensino superior.

Além disso, possibilitam a democratização do acesso à universidade, o que está alinhado com princípios antirracistas, uma vez que esses grupos sociais (negros e indígenas) enfrentam desigualdades educacionais que foram construídas ao longo do tempo (IBGE, 2019).

Em estados como Mato Grosso, onde há forte presença de comunidades indígenas e populações negras em áreas periféricas, iniciativas desse tipo promovem a inclusão e ampliam as oportunidades para grupos que foram historicamente marginalizados.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário de Juara/MT foi criado e implementado em conformidade com a legislação nacional e estadual vigente, especialmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura, as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2006) e as normatizações internas da UNEMAT.

Visa oferecer uma formação abrangente que integre teoria e prática nos processos de ensino e aprendizagem, em um processo constante de trocas, conexões e construções de saberes sobre a educação, vinculado ao processo de formação da identidade do profissional em pedagogia.

Os princípios e finalidades educativas do Curso de Licenciatura em Pedagogia se desenvolvem no currículo composto por um conjunto de saberes expressos pelas disciplinas e relações de aprendizagem, imbricados em valores e atitudes político-pedagógicas que se desencadeiam no cotidiano do curso. As legislações vigentes orientam uma proposta de Pedagogia em que a estrutura curricular mínima oportunize para o futuro profissional condições de conectar as diferentes áreas de conhecimento no desenvolvimento da prática docente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, [e oferece elementos formativos para o exercício da docência na Educação de Jovens e Adultos e para a atuação educativa em espaços não formais] (PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Campus Universitário de Juara, 2024, p. 18-19).

Para isso, o curso possui uma carga horária total de 3.585 horas, distribuídas em sete eixos temáticos, sustentados pela integração dos conhecimentos/saberes disciplinares, curriculares, experienciais e da formação profissional (Quadro 1).

#### **Quadro 1- Eixos temáticos e descrições**

Curso de Licenciatura em Pedagogia. *Campus Universitário de Juara/MT*

<b>EIXOS TEMÁTICOS</b>
1º Eixo Temático: Linguagem, Metodologias da Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação e Metodologia de Pesquisa.
2º Eixo Temático: Educação e Sociedade
3º Eixo Temático: Conhecimento, Currículo
4º Eixo Temático: Conhecimento sobre docência
5º Eixo Temático: Conhecimento sobre Pesquisa em Educação
6º Eixo Temático: Estágio
7º Eixo Temático: Atividades de Extensão e Pesquisa

**Fonte:** PPC/Licenciatura em Pedagogia em Juara/MT, 2024.

Nesse contexto, observa-se que o currículo do Curso de Pedagogia da UNEMAT, Campus Universitário de Juara, composto por disciplinas teóricas, práticas e estágios, descreve áreas que são abordadas para possibilitar o aprimoramento do perfil, habilidades e capacidades estabelecidas.

Dessa forma, os eixos temáticos/formativos englobam conjuntos de disciplinas organizadas em núcleos/grupos formativos que refletem dimensões fundamentais ligadas a

competências específicas, essenciais para a compreensão humanista, crítica e interdisciplinar de um profissional pesquisador que pode atuar de forma criativa no contexto educacional com o objetivo de transformá-lo (Quadro 2).

- **Fundamentos da Educação:** Pressupostos Antropológicos da Educação. Filosofia da Educação, História da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, etc.
- **Processos de Ensino e Aprendizagem:** Didática, Metodologias do Ensino, Avaliação da Aprendizagem, Tecnologias Digitais na Educação. Práticas de Leitura e Produção de Textos.
- **Áreas Específicas da Docência:** Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil, Alfabetização, Conteúdos e Metodologias das diferentes áreas do conhecimento para os anos iniciais (Matemática, Língua Portuguesa, Ciências Naturais, História, Geografia, Artes, Educação Física).
- **Educação Inclusiva e Diversidade:** com disciplinas como Cultura e Relações Étnico-Raciais na Educação e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
- **Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Pedagogia em Ambientes Não Escolares:** compreende elementos formativos para o exercício da docência na Educação de Jovens e Adultos e para a atuação educativa em espaços não formais.
- **Conhecimentos sobre Pesquisa em Educação:** corresponde à prática de pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e os Seminários de Comunicação Científica; obrigatório e desenvolvido com orientação docente.
- **Estágios Curriculares Supervisionados e Práticas Pedagógicas:** compreende as disciplinas de práticas e estágios curriculares supervisionados; essenciais para a vivência prática do futuro pedagogo em diferentes contextos educacionais.

**Quadro 2 - Distribuição das disciplinas. Curso de Licenciatura em Pedagogia  
Campus Universitário de Juara/MT por Núcleos/Grupos de Formação**

<p><b>Núcleo/Grupo 1.</b> <b>Formação Geral e Humanística</b> ↓ <b>Disciplinas = 14</b> <b>C. Horária = 840h</b></p>	<p>Pressupostos Antropológicos da Educação. Filosofia da Educação I. Filosofia da Educação II. Sociologia da Educação I. Sociologia da Educação II. Psicologia da Educação I. Psicologia da Educação II. História Geral da Educação. História da Educação Brasileira. História da Educação de Mato Grosso. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação como Mediadoras nos Processos Educacionais. Práticas de Leitura e Produção de Texto. Metodologia Científica.</p>
<p><b>Núcleo/Grupo 2. Formação Específica</b> ↓ <b>Disciplinas = 29</b> <b>C. Horária = 1740h</b></p>	<p>Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil I. Didática I. Educação e Literatura para Crianças. Pressupostos teóricos e Metodológicos da Alfabetização I. Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial. Conteúdos e Metodologias da Matemática para o Início da Escolarização I. Políticas Públicas da Educação. Didática II. Metodologia de Pesquisa em Educação I. Legislação e Organização da Educação Brasileira. Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil II. Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização II. Metodologia de</p>

	<p>Pesquisa em Educação II – Qualificação de Projeto. Conteúdos e Metodologias da Língua Portuguesa para o Início da Escolarização. Conteúdos e Metodologias da Matemática para o Início da Escolarização II. Conteúdos e Metodologias das Ciências Naturais para o Início da Escolarização I. Organização e Gestão em Espaços Escolares e Não Escolares. Conteúdos e Metodologias das Artes para o Início da Escolarização. Conteúdos e Metodologias da Geografia para o Início da Escolarização. Conteúdos e Metodologias da História para o Início da Escolarização. Conteúdos e Metodologias da Educação Física para o Início da Escolarização. Conteúdos e Metodologias das Ciências Naturais para o Início da Escolarização II. Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos. Cultura e Relações Étnico-Raciais na Educação. Metodologia de Pesquisa em Educação III. Didática III. Pedagogia em Ambientes não Escolares. Metodologia de Pesquisa em Educação IV - TCC e Seminário de Comunicação Científica. Estudos de Currículo.</p>
<p><b>Núcleo/Grupo 3.</b>  <b>Formação Complementar/Integradora</b>  ↓  <b>Disciplinas = 05 + 01</b>  <b>C. Horária = 420h + 405 = 825h</b></p>	<p>Estágio Curricular Supervisionado I - Educação Infantil na Etapa Creche - 0 a 3 anos de Idade (observação e regência). Estágio Curricular Supervisionado II – Educação Infantil na Etapa Pré-Escola - 4 a 5 anos de idade (observação e regência). Estágio Curricular Supervisionado III – Ensino Fundamental 1º, 2º ou 3º Ano (observação e regência). Estágio Curricular Supervisionado IV – Ensino Fundamental 4º ou 5º Ano (observação e regência). Estágio Curricular Supervisionado V – Educação de Jovens e Adultos ou Espaços não Escolares (observação e regência). + Prática como componente curricular.</p>
<p><b>Núcleo/Grupo 4.</b>  <b>Formação de Livre Escolha</b>  ↓  <b>Disciplinas = 03</b>  <b>C. Horária = 180h</b></p>	<p>Eletiva Livre 1. Eletiva Livre 2. Eletiva Livre 3.</p>

**Fonte:** PPC/Pedagogia em Juara/MT, 2024.

Em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário de Juara/MT também se dedica em fomentar a pesquisa e a extensão. Além disso, oferece e estimula a participação dos acadêmicos em atividades extracurriculares, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) e o Programa de Residência Pedagógica (RP/CAPES). Esses programas possibilitam uma imersão na realidade das escolas estaduais e municipais parceiras, permitindo que os acadêmicos desenvolvam uma compreensão mais crítica e aprofundada da realidade educacional.

Essas experiências práticas, interligadas e complementares, além de estabelecerem um vínculo entre a universidade com a comunidade, são fundamentais para a formação docente,

pois possibilitam que os acadêmicos coloquem em prática os conhecimentos teóricos apreendidos em sala de aula e aprimorem as habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão.

A interação entre universidade e escola, intermediada pelos acadêmicos e professores orientadores, reforça e fortalece o papel social da instituição de ensino, promovendo transformação social e o desenvolvimento local e regional (CAPES, 2024).

Constata-se que a atuação do Curso de Pedagogia da UNEMAT, Campus Universitário de Juara/MT, no que tange à pedagogia antirracista e ao enfrentamento da racialização em seu cotidiano acadêmico ainda é incipiente, pois o compromisso do Curso com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) está formalmente relacionada a um único componente curricular, denominado de "Cultura e Relações Étnico-Raciais na Educação", com uma carga horária de 60 horas. A ementa desse componente curricular abrange diálogos sobre:

Conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença.  
Grupos étnicos “minoritários” e processos de colonização e pós-colonização.  
Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação.  
Populações étnicas e diáspora.  
Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação anti-racista.  
Cultura afro-brasileira, africanidades e indígena.  
Educação e Cultura como processo educacional voltado para a diversidade e a pluralidade cultural da sociedade brasileira.  
Conceito de cultura, suas implicações ideológicas e o respeito as particularidades dos diferentes grupos humanos.  
A convivência com as diferenças.  
Currículo e política curriculares.  
História e cultura étnica na escola e itinerários pedagógicos.  
Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença.  
Cultura e hibridismo culturais.  
As etnociências na sala de aula.  
Movimentos Sociais e educação não formal.  
Pesquisas em educação no campo da educação e relações étnico-raciais.  
(PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia em Juara/MT, 2024, p. 95-96).

A análise dos componentes curriculares do Curso revela que a abordagem da temática racial é pontual, sem integração transversal no currículo. No entanto, a mera inclusão da dessa disciplina no currículo formal do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus Universitário de Juara/MT representa um avanço significativo em comparação com períodos anteriores, quando essa temática era negligenciada ou marginalizada.

Atualmente, esse componente curricular assegura que os futuros pedagogos se familiarizem com fundamentos teóricos da educação antirracista, uma vez que essa disciplina

aborda “a história e cultura afro-brasileira e africana, história e cultura indígena, educação das relações étnico-raciais e questões de diversidade” (PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Campus Universitário de Juara, 2024, p. 84).

Pode-se inferir ainda que os docentes e discentes do Curso adotam diariamente várias estratégias antirracistas, envolvendo o tripé ensino, pesquisa e extensão, embora a frequência e a profundidade dessas ações possam variar. Ao criar conexões e fomentar a troca de saberes, a universidade aprimora a formação acadêmica dos seus estudantes e contribui diretamente para uma sociedade mais equitativa na região, estabelecendo um diálogo que reconhece e valoriza os saberes comunitários (Gonçalves; Carvalho, 2020).

Nesse sentido, constata-se iniciativas de formação/capacitação inicial e continuada (cursos, palestras, seminários, rodas de conversas, oficinas, grupos de estudo, entre outros) sobre a temática étnico-racial e as políticas de ações afirmativas para a comunidade interna (docentes, discente e técnicos) e para a sociedade em geral (comunidade externa), contribuindo para a formação de uma pedagogia antirracista, promovendo a inclusão e o combate ao racismo no ambiente universitário e na sociedade.

Essa situação evidencia, portanto, que o Curso de Pedagogia em Juara/MT promove uma inclusão curricular na perspectiva antirracista e de valorização da diversidade étnico-racial. Contudo, precisa garantir que essa abordagem efetiva e transformadora sobre as relações étnico-raciais seja aprofundada e transversalizada em outros componentes curriculares do Curso, bem como na formação prática dos futuros pedagogos e nas ações de extensão da universidade; garantindo a representatividade, a inclusão e a luta contra preconceitos no cotidiano da instituição.

Entre os desafios significativos observados no currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário de Juara/MT relacionados ao Enfrentamento da Racialização e a Pedagogia Antirracista elencamos:

a.      tranversalização da temática em todas as disciplinas do Curso, uma vez que o currículo apresenta pouca sensibilidade à diversidade étnico-racial. Além disso, não reconhece e nem valoriza de forma adequada as contribuições das culturas afro-brasileiras e indígenas, como previsto na legislação (Leis nº. 10.639/03 e nº. 11.645/08). Essa formação específica e aprofundada sobre as relações étnico-raciais tem um impacto direto na análise crítica das questões de racialização e na capacidade de implementar práticas educativas antirracistas;

b. falta ou insuficiência de materiais didático e recursos pedagógicos antirracistas que considerem a diversidade étnico-racial, o que evidencia a fragilidade da formação inicial quanto ao tema;

c. reconhecimento e valorização da experiência dos estudantes negros e indígenas, uma vez que essas contribuem para enriquecer a formação voltada à diversidade; e disponibilização de programas de bolsas e suporte para permanência dos estudantes cotistas no Curso e na Universidade;

d. fortalecimento das pesquisas e ações extensionistas em âmbito local e regional acerca da racialização nas instituições de ensino superior na Amazônia e em Mato Grosso; entre outras.

Gonçalves e Carvalho (2020) destacam que a instituição de ensino superior, ao se reconhecer como parte de um processo histórico de racialização, deve empreender ações para ser um espaço de desconstrução e acolhimento.

Para os referidos autores, a transversalização é a chave; pois só assim a pedagogia antirracista deixará de ser apenas um "conteúdo" e se tornará uma postura pedagógica e um compromisso ético que permeia toda a formação do pedagogo, preparando-o para atuar de forma consciente e transformadora, em consonância com os princípios de uma educação que reconhece e valoriza a diversidade como força motriz.

Por fim, comprehende-se que o Curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus Universitário de Juara/MT carece de revisão curricular, formação continuada de professores, políticas de inclusão, incentivo à pesquisa sobre relações étnico-raciais e adoção efetiva de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial; é fundamental que o Curso seja, de fato, um reflexo da sociedade antirracista que ele busca formar.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A premissa desse artigo relacionou-se à análise da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Juara/MT e abordou elementos interligados às reflexões afrodispóricas sobre a formação de formadores em um território da Amazônia Legal.

Compreende-se que, na formação inicial, os futuros professores devem estar preparados para ensinar e promover uma educação antirracista em sua prática pedagógica, permitindo que

os estudantes compreendam a importância da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na constituição da sociedade brasileira.

Essa preparação implica não apenas no domínio de conteúdos específicos, mas também no desenvolvimento de uma postura crítica diante das desigualdades raciais e das formas de discriminação presentes no contexto sociocultural e educacional do país.

No âmbito da Amazônia Legal, especificamente em Mato Grosso, o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário de Juara/MT enfrenta diversos desafios nesse campo, revelando a necessidade urgente de transformação institucional, curricular e pedagógica, com base em princípios de equidade, valorização da diversidade e reconhecimento de identidades étnico-raciais.

É imprescindível que tanto no Curso quanto na própria UNEMAT se promova o debate crítico acerca do racismo estrutural e se oferte aos futuros docentes recursos teóricos e metodológicos para que possam atuar de forma consciente e transformadora nas realidades escolares e na sociedade como um todo.

Nesse contexto, é fundamental implementar e promover ações formativas contínuas, revisar o currículo com foco na diversidade, reconhecer e valorizar saberes e culturas historicamente marginalizadas e garantir o compromisso institucional com uma educação que combata todas as formas de discriminação racial. Apenas dessa maneira poderemos formar educadores capazes de desenvolver uma prática pedagógica efetivamente.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL. Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: 2003.

**BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SEPPIR, 2010.

**BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

**BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em: 27 jun. 2025.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Curriculum sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GONÇALVES, R. M.; CARVALHO, M. C. A. de. Apresentação - Desafios da educação na/da/para a Amazônia. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 61, p. 3-6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2020.50138>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/50138/33604>. Acesso em: 26 jun. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, 2019**. Rio de Janeiro, IBGE, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa da Amazônia Legal 2024**. Rio de Janeiro, IBGE, 2025. Disponível em: [https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/estrutura\\_territorial/amazonia\\_legal/2024/Mapa\\_da\\_Amazonia\\_Legal\\_2024\\_20250722.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2024/Mapa_da_Amazonia_Legal_2024_20250722.pdf). Acesso em 26 jun. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População por Cor e Raça na Amazônia Legal (2022)**. Rio de Janeiro, IBGE, 2025. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 26 jun. 2025.

SOUZA, K. J. de C. e; LIMA, J. F. de. Amazônia legal: uma análise da convergência do crescimento e do desenvolvimento econômico. **Geosul**, Florianópolis, v. 38, n. 88, p. 398-422, set./dez., 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2023.e92755>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/92755/54647>. Acesso em 26 jun. 2025.

SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Síntese de Indicadores da Amazônia Legal**. Disponível em: <http://repositorio.sudam.gov.br:8080/sudam/biblioteca/publicacoes-institucionais/sintese-de-indicadores-da-amazonia-legal-2020.pdf>. Acesso em 26 jun. 2025.

UNEMAT. Universidade do Estado de Mato Grosso. Campus Universitário de Juara. **Projeto Político Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Faculdade de Educação e Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Pedagogia. 2024.

### **Histórico Editorial**

Submetido: 16 de julho de 2025.

Publicado: 05 de janeiro de 2026.

### **Minicurrículo**

#### **Tânia Paula da Silva**

Docente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT-Campus de Cáceres). Graduada em Geografia pela UFMS/CEUL. Mestre em Geografia pela UNESP/FCT. Doutora em Geografia pela UFF. Membro do Grupo de Pesquisa: Estudos Agrários (UFMS). Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Educação, Gênero, Raça e Alteridade (NEGRA/UNEMAT). Tem experiência na área de Geografia e Ensino, com ênfase na Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Ensino de Geografia e Educação das Relações Étnico-Raciais. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Ação Afirmativa e Temas da Educação Básica e Superior (GRAFITE).

Contribuição de autoria: Conceituação; investigação; metodologia e redação do manuscrito original

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6622358844439844>

#### **Paulo Alberto dos Santos Vieira**

Professor adjunto - Universidade do Estado de Mato Grosso (1998/actual). Coorientador Projeto Move la America (Capes/MEC, 2025). Professor Visitante (UNAL/Bogotá, 2012). Doutor - Sociologia (UFSCar, 2012). Coordenador do Dinter em Sociologia UFSCar/UNEMAT (2016/2020). Gestor do Acordo de Cooperação Internacional entre a Unemat e a Unipunguè em Moçambique (2022/2029). Docente de Programas de Pós-graduação na Universidade do Estado de Mato Grosso: Educação (Cáceres/MT) e Educação Inclusiva (Sinop/MT).

Líder do Grupo de Pesquisa - Ação afirmativa e temas da educação básica e superior (Grafite - CNPq/UNEMAT 2014).

Contribuição de autoria: Conceituação; investigação; metodologia e redação do manuscrito original.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1723860927289572>

#### **Karina Almeida de Sousa**

Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia (2008) pela Universidade Federal de São Carlos, mestra em Sociologia (2012) e doutora em Sociologia (2020) ambos pela mesma universidade. Realizou estágio sanduíche (PDSE-CAPES) desenvolvido junto a Georgia State University (2018-2019). Especialista em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico (2019) pela Universidade de Brasília. Atualmente é professora adjunta vinculada ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências de Grajaú e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências de Imperatriz. É pesquisadora associada a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN).

É líder do Grupo de Pesquisa Diáspora Africana e Culturas Afrodispóricas (DACA) e membra do grupo de pesquisa Transnacionalismo Negro e Diáspora Africana (UFSCar) e do GRAFITE- Grupo de Pesquisa sobre Ações Afirmativas e Temas da Educação Básica e Superior (UNEMAT).

Contribuição de autoria: Conceituação; investigação; metodologia e redação do manuscrito original.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7080534523571723>

#### **COMO REFERENCIAR - ABNT**

SILVA, Tânia Paula; VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos; SOUSA, Karina Almeida. Matriz curricular em licenciatura de pedagogia: reflexões sobre a formação de formadores em Mato Grosso. *Revista Exitus*, Santarém/PA, v. 16, e026009, 2026. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2928>

#### **COMO REFERENCIAR - APA**

SILVA, T. P., VIEIRA, P. A. S., & SOUSA, K. A. (2026). Matriz curricular em licenciatura de pedagogia: reflexões sobre a formação de formadores em Mato Grosso. *Revista Exitus*, 16, e026009, p. 1-16. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2928>

#### **Licença de Uso**

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.